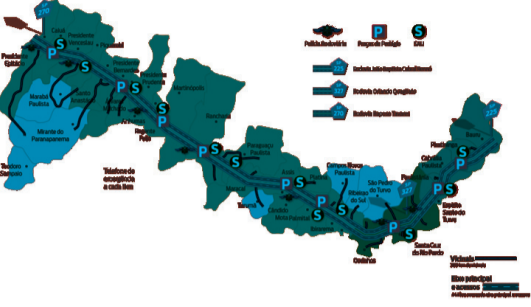




RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

A Companhia
Apresentação da Companhia
A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART, é uma sociedade de propósito específico cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do Corredor rodoviário Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo. A CART detém, até 2039, a concessão das rodovias estaduais SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo.



As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e com o Norte do Paraná, importante para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Atualmente, a Companhia é controlada pela Investimentos e Participações e Infraestrutura S.A. – Invepar, que, em 19 de dezembro de 2019, firmou junto ao Infraestrutura Brasil Holding II S.A., controlado pela Pátria Infraestrutura III Investimento - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Contrato de Compra e Venda de Ações ("SPA" na sigla em inglês) para a venda da totalidade das suas ações na CART para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

Sobre a Invepar
A Invepar é uma das maiores empresas de infraestrutura de transporte da América Latina, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. Com um portfólio privilegiado, a Companhia possui, atualmente, 11 concessões com prazo médio remanescente de 19 anos. É importante destacar que todas as concessões da Invepar estão em estágio operacional, indicando uma ampla capacidade de crescimento dentro de seus segmentos de atuação, com potencial geração de valor ao longo dos próximos 10 anos.

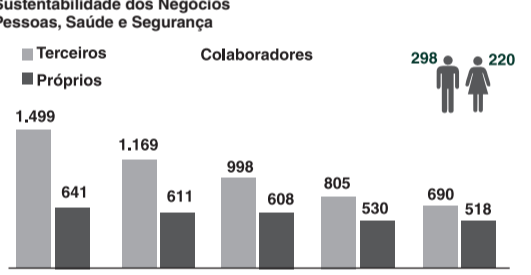
Mensagem da Administração
Em 2019, verificamos uma recuperação nos resultados operacionais da Companhia, encerrando o ano com 51,1 milhões de veículos equivalente pagantes, 5,1% a mais do que em 2018. Além disso, o Grupo Invepar implementou diversas ações e programas voltados para a melhoria do clima organizacional e para a gestão de pessoas. Em 2019 também tivemos grandes realizações, como a conclusão da duplicação da SP-270, após a construção de dois novos dispositivos, a implementação do Programa de Proteção à Fauna e o recebimento da certificação ISO 9001. Em 2020 continuaremos operando as rodovias sob nossa concessão com excelência, prezando pela qualidade e segurança da via. Esperamos também que o processo de venda da Companhia seja concluído no primeiro semestre deste ano.

Destaque do Último Ano
Programa de Proteção à Fauna
A implantação de estruturas de travessia e de ações para redução de atropelamentos, preservação da fauna nativa e segurança para os usuários da via.

Inovação
Em 2019, as rodovias do Grupo Invepar conquistaram a 4ª posição entre as empresas mais inovadoras do setor de infraestrutura. Esta colocação consta na 5ª edição do Anuário de Inovação Brasil, preparado pela consultoria estratégica Strategy& e pelo jornal Valor Econômico. Foram apontados como diferenciais inovadores o investimento em novos produtos e projetos, como a utilização de rejeitos da siderurgia e da mineração no recapeamento das pistas e o uso de escória de alto-forno na capa asfáltica.

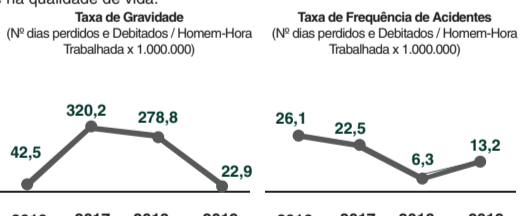
Gestão Centralizada de Rodovias
A Gestão Centralizada de rodovias na controladora Invepar também foi um dos destaques, com a criação, em abril de 2019, do Escritório de Projetos, núcleo altamente especializado e responsável pela gestão dos investimentos e do portfólio do Grupo Invepar. A Invepar foi pioneira na introdução do SGR, Sistema de Gestão de Rodovias. Na Companhia, a implantação do SGR foi concluída em outubro do último ano.

Qualidade em Foco - ISO 9001
A ISO 9001 é um sistema de gestão com o intuito de garantir a otimização de processos, maior agilidade no desenvolvimento de produtos e produção mais ágil, a fim de satisfazer os clientes e alcançar o sucesso sustentado. Em outubro de 2019, a CART recebeu a certificação por meio da auditoria externa, reforçando o compromisso com a qualidade na prestação do serviço.



Uma das frentes para a melhoria do clima organizacional no Grupo Invepar são as ações voltadas para a saúde e bem-estar dos colaboradores. Em 2019, o Grupo passou a contar com o Gympass, aplicativo que viabiliza o acesso a diversas academias e locais para a prática de atividades físicas e foi implementado para que os funcionários e seus familiares (cônjuges e filhos) tenham mais saúde e qualidade de vida. Em 2019, as ações Corporativas voltadas para saúde, prevenção, conscientização e bem-estar dos colaboradores, como o Novembro Azul, foram desenvolvidas pela Matriz e disseminadas por todo o Grupo tiveram uma novidade, que foi um podcast sobre a saúde do homem, preparado em parceria com o Instituto Oncoguia e disponível na plataforma Spotify.

O Grupo Invepar encerrou dezembro de 2019 com ZERO ACIDENTE em todas as empresas, uma importante conquista e que é resultado do envolvimento e comprometimento de todos os quase 7 mil colaboradores do Grupo, incluindo os 518 colaboradores da CART. Ações voltadas para a redução e prevenção de acidentes são promovidas pela Invepar para todas as empresas do Grupo, bem como treinamentos e instruções práticas e teóricas. Dentre essas ações, destaque para o Programa Atitude Segura Sempre, alinhado às melhores práticas do mercado, com foco na conscientização e prevenção de acidentes, e que proporcionou uma redução muito significativa na taxa de gravidade. Destaque também para a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), realizada em dezembro. Os eventos contaram com uma série de atividades a fim de fomentar a conscientização a respeito de temas ligados à saúde e segurança no trabalho e no cotidiano, com foco na prevenção de acidentes e na qualidade de vida.



Ética e Compliance

Nos últimos anos, a controladora Invepar estruturou um Programa de Compliance, tendo este passado por Auditoria Externa que atestou sua eficiência. Em 2019, este Programa de Integridade evoluiu de forma significativa, conforme diagnóstico realizado por consultoria internacional. Esse reconhecimento é fruto de um robusto trabalho desenvolvido para implementar e disponibilizar processos e normativos, consolidar um canal de denúncias terceirizado, um Comitê de Ética atuante, ministrar treinamentos regulares e realizar due diligences de integridade de parceiros de negócios. Em 2019, a Diretoria de Compliance e Riscos da Invepar realizou treinamentos para colaboradores e para prestadores de serviços em diferentes unidades de negócios do Grupo. Na CART, o treinamento foi realizado em setembro. Este tipo de ação, prevista no Programa de Integridade, tem como objetivo compartilhar os principais normativos e processos e destaca a importância da transparência e da ética nas relações cotidianas, o cumprimento do contrato de prestação de serviços, bem como a utilização adequada do Canal de Denúncia.

Como consequência deste trabalho, pelo segundo ano consecutivo, o Grupo Invepar foi reconhecido como uma das empresas mais éticas do país pelo Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios. Para 2020, a controladora tem como meta a consolidação do nível de integração. Além da evolução em aspectos como tecnologia, treinamento e identificação de riscos, o Grupo visa também a normalização do processo.

Relacionamento com a Sociedade
As boas práticas de sustentabilidade estão incorporadas na cadeia de valor do Grupo Invepar bem como no seu direcionamento estratégico. Os projetos sociais do Grupo são desenvolvidos pelo Instituto Invepar com parceiros e atuam em diversas frentes, buscando reduzir eventuais impactos das operações das concessões sobre a sociedade. Também são promovidas e apoiadas ações que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades no entorno das concessões. O Instituto Invepar desenvolve, ainda, projetos de caráter social nas áreas de esporte, meio ambiente, cultura e educação. A seguir serão listadas algumas iniciativas de caráter social do Grupo Invepar.

Dentre os projetos e ações apoiados pelo Instituto Invepar e pela CART, estão os projetos Trânsito Legal, Saúde e Cidadania, Formando Talentos e o Bora Correr. Em 2019, destaque para o Programa Atitude Segura & Gentileza, que busca conscientizar a população para a sobre a segurança na mobilidade urbana e promove diversas ações educativas. Uma dessas ações é o Acorda Motorista, realizado em parceria com a Polícia Militar Rodoviária e que busca orientar motoristas sobre a importância do descanso regular, da qualidade do sono e da segurança viária para prevenção de acidentes, principalmente colisão traseira.

Melo Ambiente
Sempre vigilante às questões ambientais, a CART monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Através de uma Política de Meio Ambiente estabelecida pela Invepar, diversos KPIs são desdobrados da Invepar para as empresas controladas, de modo a garantir seu controle e acompanhamento conforme modelo de gestão de resultados do Grupo. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente no

sistema ICG (Indicadores de Controle e Gestão) e acompanhados pela alta direção da Invepar através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

Dentre algumas iniciativas voltadas para o meio ambiente desenvolvidas ao longo de 2019, destaque para:

Programa de Proteção à Fauna
Projeto pioneiro no Brasil que consiste na implantação de estruturas de travessia (passagens de fauna) e de ações para redução de atropelamentos e melhoria da segurança. Foram implantadas mais de 120 passagens de Fauna nas rodovias do Grupo Invepar. O uso das passagens de fauna da CART mais que dobraram no último ano. Também se verificou recuo no número de animais avistados sobre a rodovia, representando mais segurança aos motoristas e a própria fauna.

Asfalto Ecológico
Utilização de tecnologia renovável o Asfalto Ecológico, conhecido como Asfalto Espuma, no recapeamento da malha. Além de entregar um asfalto mais durável, que tem vida útil prevista de 10 anos conforme testes já aplicados, a Companhia irá reduzir o impacto ambiental de suas obras de pavimentação. Essas são medidas inovadoras e que, além do ganho ambiental uma vez que os resíduos não são descartados, ofertam mais durabilidade ao pavimento superior, já que a acomodação do granel espuma na base do pavimento concede mais flexibilidade e, conseqüentemente, a redução na formação de trincas na via.

Abaixo são apresentados alguns indicadores ambientais da Companhia nos últimos anos:



Em 2019, foi identificado e tratado um vazamento existente na rede de hidrantes da CART, que proporcionava o aumento do consumo nas praças de pedágio. Além disso, houve a implantação do projeto piloto na Praça P01, com a pintura das estruturas de proteção dos cabines de pedágio, na cor preta. Em razão disso, reduziu a frequência de limpeza nas praças e, conseqüentemente, houve uma diminuição no consumo de água na ordem de 1,3%.

Consumo de Energia

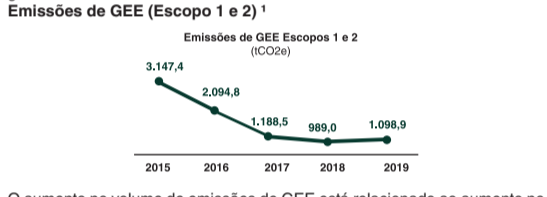
Ano	Consumo de Energia Elétrica (MWh)
2015	4.388,2
2016	3.726,9
2017	3.543,2
2018	3.526,3
2019	3.753,6

No consumo de energia elétrica houve um aumento em consequência de maior uso de equipamentos de ar condicionado.

Consumo de Combustível

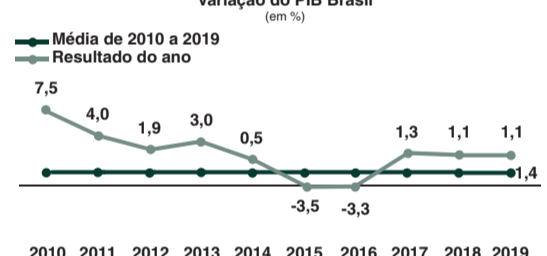
Ano	Consumo de Combustível (MWh)
2015	1.051,3
2016	898,7
2017	887,6
2018	875,7
2019	947,5

Verificou-se aumento no consumo de combustível após a internalização da equipe de sinalização, serviço que antes era executado por uma empresa terceirizada. Também houve incremento da frota, com 3 equipamentos de guincho e 10 carros.



O aumento no volume de emissões de GEE está relacionado ao aumento no consumo de combustível e de energia elétrica.

Resultados
Contexto Econômico
Nos últimos 6 anos o país passou por um período de fraco desempenho em termos econômicos. O Produto Interno Bruto (PIB) da última década registrou crescimento médio anual de 1,4%. Este ritmo mais lento de crescimento, especialmente na segunda metade da década, teve como consequências o retrocesso em algumas questões sociais, como os níveis de emprego e renda, a retração nos investimentos, a baixa performance do setor produtivo além do abalo nos níveis de confiança dos mercados e das famílias.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Iniciamos 2020 com expectativas melhores e com a esperança de que o país saíria de uma recessão histórica. No Relatório de Mercado Focus divulgado dia 3 de fevereiro deste ano, a expectativa de crescimento da economia em 2020 era de 2,30%. O cenário de juros historicamente mais baixo e a sinalização de que as reformas políticas estavam acontecendo a Reforma da Previdência foi promulgada em novembro de 2019 reforçavam a expectativa de retomada do crescimento.

Contudo, faz-se necessário comentar sobre os efeitos da rápida disseminação do Coronavírus (COVID-19) no país, com impacto direto nos negócios, bem como os riscos e dúvidas aos quais as companhias estão expostas. Ainda não se sabe qual será o tamanho do impacto do COVID-19 na economia local e global e quanto tempo será necessário para conter o avanço do vírus. As projeções de bancos e instituições financeiras estão passando por uma série de revisões e ajustes a partir das atualizações sobre a propagação e contenção da pandemia. Neste contexto, não estão excluídas as possibilidades de estagnação ou de retração da atividade econômica. Esta deterioração do cenário econômico está relacionada, dentre outros fatores, à possibilidade de paralisação de alguns setores e atividades, à queda no consumo causada pelas restrições de mobilidade, à desaceleração da economia local e global e à piora das condições financeiras e de liquidez.

As companhias, o mercado e a população em geral esperam que os governos implementem rapidamente as medidas emergenciais e as reformas necessárias para mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no desenvolvimento econômico e social do país. Neste momento, não é possível passar uma expressão exata das eventuais consequências do avanço do Coronavírus para a continuidade dos negócios e/ou para as estimativas contábeis. No entanto, não se pode descartar que algumas medidas que já vem sendo implementadas, principalmente as relacionadas às restrições de mobilidade e à paralisação de alguns setores, poderão afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia. Não é possível precisar por quanto tempo essas medidas irão perdurar, mas a administração da Companhia seguirá atenta a toda e quaisquer informações e/ou eventos relacionados ao COVID-19, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.

Na tabela abaixo estão os principais índices e indicadores de atividade, inflação e juros que auxiliarão no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos capítulos a seguir.

	2019	2018	Δ
IPCA Últimos 12 Meses	4,31%	3,75%	0,6 pp
CDI Final do Período	4,40%	6,42%	-2,0 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	5,94%	6,40%	-0,5 pp
TJLP Final do Período	5,57%	6,98%	-1,4 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	6,20%	6,72%	-0,5 pp

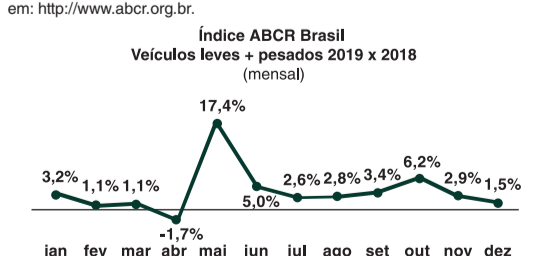
https://www.portalbrasil.net/ipca.htmlhttp://www.b3.com.br/p1/br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/serie-historica-do-di.htmlhttps://calculadorarendafixa.com.br/https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-operacionais/taxa-juros-longo-prazo-tjlp

Resultados Operacionais

Varição no transporte de Veículos Desazonalizado ¹	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/19 sobre Jan-Dez/18): Brasil	3,5%	4,1%	3,6%
Acumulado 4º Trimestre (Out-Dez/19 sobre Out-Dez/18): Brasil	3,7%	3,4%	3,7%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: http://www.abcr.org.br.



Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria para as rodovias sob o regime de concessão privada, apontam uma recuperação no tráfego em 2019 após a greve dos caminhoneiros em 2018, com destaque para aumento de 17,4% no tráfego em maio de 2019 (a greve dos caminhoneiros ocorreu em maio de 2018). No acumulado do ano, o crescimento foi de 3,6%. Ainda de acordo com a ABCR, em 2019, o desempenho do fluxo de veículos apresentou crescimento entre todos os tipos de veículos e regiões, ainda que de forma diferenciada. Esse crescimento foi influenciado pelo quadro de retomada da economia ao longo de 2019 e, considerando uma perspectiva de maior crescimento da economia brasileira para 2020, é esperada uma nova expansão no fluxo de veículos. No entanto, esses indicadores devem ser cuidadosamente analisados pois, quando comparados a 2018, estão sob efeito da greve dos caminhoneiros ocorrida entre os dias 21 e 31 de maio de 2018, que reduziu substancialmente o fluxo de veículos pelas rodovias.

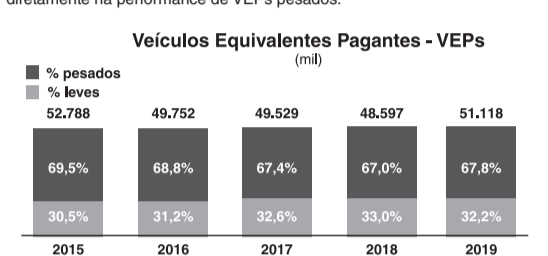
Desempenho Operacional (Mil)

	4T19	4T18	Δ	2019	2018	Δ
VEPs¹	12.957	12.751	1,6%	51.118	48.597	5,2%
Veículos Leves	4.443	4.433	0,2%	16.445	16.061	2,4%
Veículos Pesados	8.514	8.319	2,4%	34.672	32.536	6,6%
Tráfego²	6.612	6.572	0,6%	25.099	24.121	4,1%
Veículos Leves	4.498	4.489	0,2%	16.660	16.260	2,5%
Veículos Pesados	1.995	1.957	1,9%	7.971	7.399	7,7%
Veículos Isentos	120	126	-4,8%	468	462	1,3%
Tarifa Média (R\$)	8,01	7,00	33,3%	7,75	6,89	16,7%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo.

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia.

A CART registrou 51,1 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2019, um aumento de 5,2% em relação ao ano anterior. É importante ressaltar que o resultado de 2019, quando comparado a 2018, considera o efeito da greve dos caminhoneiros, que ocorreu no período de 21 a 31 de maio de 2018 e impactou diretamente o fluxo de veículos pesados e leves. Ao colocar os números de 2019 e de 2018 na mesma base de comparação, ou seja, excluindo de ambas as bases o período de 21 a 31 de maio, o resultado é de crescimento de 3,4% em 2019 em relação ao ano anterior. No 4T19, as nove praças de pedágio da CART registraram 13,0 milhões de VEPs, um crescimento de 1,6% em relação ao mesmo período de 2018. Contribuiu para o resultado positivo da CART em 2019 a safra recorde de milho no Mato Grosso do Sul e os veículos carregados com cana de açúcar, que desde o segundo trimestre do ano apresentaram aumento significativo, impactando diretamente na performance de VEPs pesados.

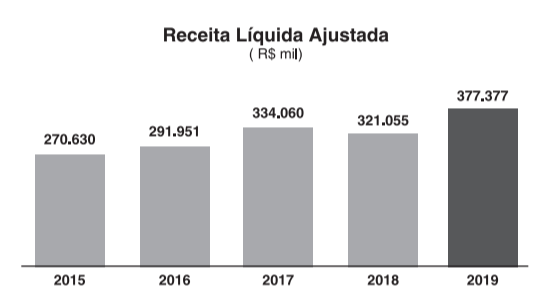


A proporção de VEPs pesados, fator de maior representatividade no perfil de tráfego da rodovia, foi maior em 2019 comparado a 2018.

Resultados Financeiros
Receitas

Receita Operacional (R\$ mil)	4T19	4T18	Δ	2019	2018	Δ
Receita Bruta	153.687	84.666	81,5%	550.502	493.965	11,4%
Receitas com Pedágio	103.796	89.240	16,3%	396.103	334.709	18,3%
Receitas Acessórias	4.411	4.690	-6,0%	17.268	17.703	-2,5%
Receita de Construção (IFRS)	45.481	(9.263)	n.m.	137.131	141.554	-3,1%
Receita Bruta Ajustada¹	108.206	93.930	15,2%	413.371	352.412	17,3%
Deduções da Receita Bruta	(9.319)	(6.862)	35,8%	(35.994)	(31.357)	14,8%
Receita Líquida Ajustada¹	98.887	87.068	13,6%	377.377	321.055	17,5%

¹ *Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.* Em 28 de dezembro de 2018, o Poder Concedente reconheceu que o não repasse do reajuste contratual em 2013 às tarifas de pedágio causou desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato de concessão. O restabelecimento da condição original do contrato de concessão da CART ocorreu por meio de reajuste tarifário vigente desde o dia 31 de dezembro de 2018.



A Receita Líquida Ajustada da Companhia aumentou em 17,5% em 2019, atingindo R\$ 377,3 milhões. O aumento de 18,3% nas Receitas com Pedágio em 2019 em relação a 2018 pode ser explicado pelo aumento no número de VEPs e pelos reajustes tarifários que correram em 28 de dezembro de 2018 e 1º de julho de 2019.

Abaixo, quadro com as tarifas das nossas nove praças de pedágio da CART:

Praças	Dez/18 em R\$	Dez/19 em R\$	Δ
P1	R\$6,90	R\$7,20	4%
P2	R\$5,80	R\$7,10	22%
P3	R\$7,00	R\$7,40	6%
P5	R\$8,70	R\$9,10	5%
P6	R\$7,10	R\$7,40	4%
P7	R\$7,10	R\$7,50	6%
P8	R\$9,40	R\$9,80	4%
P9	R\$7,00	R\$7,30	4%

Custos e Despesas

Custos e Despesas (Mil)	4T19	4T18	Δ	2019
-------------------------	------	------	---	------



CONCESSIONÁRIA
AUTO RAPOSO TAVARES S.A.
CNPJ/MF: 10.531.501/0001-58



Demonstração do Resultado					
Demonstração do Resultado (R\$ mil)					
	4T19	4T18	2019	2018	
Receita Bruta	153.687	84.666	153.687	84.666	178,3%
Receitas com Pedágio	103.796	89.240	103.796	89.240	115,3%
Receitas Acessórias	4.411	4.690	4.411	4.690	-2,5%
Receita de Construção (IFRS)	45.481	(9.263)	45.481	(9.263)	589,8%
Deduções da Receita Bruta	(9.319)	(6.862)	(9.319)	(6.862)	135,6%
Receita Líquida	144.368	77.804	144.368	77.804	185,6%
Custos & Despesas	(117.859)	(59.018)	(117.859)	(59.018)	199,7%
Pessoal	(8.398)	(8.195)	(8.398)	(8.195)	102,5%
Conservação & Manutenção	(9.600)	(8.967)	(9.600)	(8.967)	107,1%
Operacionais	(7.206)	(9.918)	(7.206)	(9.918)	-27,4%
Outorga Variável	(3.246)	(1.417)	(3.246)	(1.417)	229,1%
Despesas Administrativas	(7.949)	(9.752)	(7.949)	(9.752)	-18,5%
Custo de Construção (IFRS)	(45.481)	9.668	(45.481)	9.668	-579,2%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(3.698)	(6.078)	(3.698)	(6.078)	-39,6%
Depreciação & Amortização	(32.282)	(24.360)	(32.282)	(24.360)	32,5%
RESULTADO OPERACIONAL	26.509	18.786	26.509	18.786	41,1%
Resultado Financeiro	(39.095)	(35.233)	(39.095)	(35.233)	11,0%
Receitas Financeiras	2.211	1.837	2.211	1.837	20,4%
Juros sobre Aplicações Financeiras	1.668	1.906	1.668	1.906	-12,5%
Outros	543	(70)	543	(70)	879,0%
Despesas Financeiras	(41.307)	(37.070)	(41.307)	(37.070)	11,4%
Comissões e despesas bancárias	(531)	439	(531)	439	-222,3%
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(9.338)	(11.935)	(9.338)	(11.935)	-16,7%
Varição monetária passiva	(13.439)	(8.524)	(13.439)	(8.524)	57,7%
Juros sobre debêntures	(17.362)	(16.375)	(17.362)	(16.375)	6,0%
Outros	(36)	(675)	(36)	(675)	18,1%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(12.587)	(16.447)	(12.587)	(16.447)	-23,5%
Imposto de Renda Diferido	4.783	487	4.783	487	n.m.
Contribuição Social Diferida	17.221	175	17.221	175	n.m.
IR & CSL	65.058	662	65.058	662	n.m.
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	52.471	(15.784)	52.471	(15.784)	3,75x

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	21.787	13.861
Contas a receber	4	22.998	20.395
Estoques		2.104	2.287
Tributos a recuperar	5.a	1.899	718
Adiantamentos		2.164	2.065
Partes relacionadas	6	521	1.094
Total do ativo circulante		51.473	40.420
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos ativos	5.b	77.715	8.976
Partes relacionadas	6	-	524
Depósitos judiciais	13.d	19.047	18.938
Imobilizado	7	3.806	4.604
Intangível	8	2.325.896	2.286.603
Outros		9	9
Total do ativo não circulante		2.426.473	2.319.655
TOTAL DO ATIVO		2.477.946	2.360.075

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Subtotal	AFAC	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		1.180.000	(855.582)	324.418	205.000	529.418
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	(90.050)	(90.050)	175.500	85.450
Prejuízo do exercício		-	(945.632)	(945.632)	-	(945.632)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		1.180.000	(945.632)	234.368	380.500	614.868
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	-	-	167.000	167.000
Aumento de capital		380.500	-	380.500	-	380.500
Lucro líquido do exercício		-	8.374	8.374	-	8.374
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		1.560.500	(937.258)	242.742	167.000	790.242

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Operações da Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Iсса Marcar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no Km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, Km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 duas novas praças iniciaram a operação desativando as duas anteriores inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A CART é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR ("INVEPAR").

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$209.878 (R\$185.633 em 31 de dezembro de 2018), causado, principalmente, pelo endividamento financeiro de curto prazo no montante de R\$190.729. Em complemento a geração de fluxo de caixa das operações projetado, para a concretização do seu plano de negócio, a Companhia possui dependência de aportes do acionista INVEPAR.

Adicionalmente, em 10 de maio de 2019, a Administração da INVEPAR divulgou o Fato Relevante no qual informou que contratou assessor financeiro para a busca de potenciais investidores para aquisição de até 100% da participação da Companhia na sua Controlada CART.

Em 19 de dezembro de 2019, a Companhia assinou o contrato de Compra e Venda de ações para a venda de 100% de sua participação na CART para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia informou ao mercado que em geral que foram obtidas as aprovações societárias necessárias para a venda da CART. A Companhia ressalta que a conclusão desta operação está sujeita ao cumprimento das demais condições precedentes, tais como, as aprovações de órgãos reguladores e credores. A administração espera que a venda possa ser concluída até 31 de dezembro de 2020.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciamento a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela Administração da Companhia em 20 de março de 2020.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Caixa e equivalente de caixa e Aplicação financeira.

Balanco Patrimonial

Ativo (R\$ Mil)	2019	2018
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	21.787	13.861
Créditos a receber	22.998	20.395
Estoques	2.104	2.287
Impostos a recuperar	1.899	718
Adiantamentos	2.164	2.065
Partes relacionadas	521	1.094
Total do Circulante	51.473	40.420
Ativo Não Circulante		
Partes relacionadas	-	524
Impostos diferidos ativos	77.715	8.976
Depósitos judiciais	19.047	18.938
Outros	9	9
Imobilizado	3.806	4.603
Intangível	2.325.896	2.286.603
Total do Não Circulante	2.426.474	2.319.653
TOTAL DO ATIVO	2.477.946	2.360.073

Passivo (R\$ Mil)

Passivo Circulante	2019	2018
Fornecedores	44.694	33.795
Empréstimos e financiamentos	140.143	141.158
Debêntures	50.586	16.889
Impostos a recolher	4.464	4.095
Obrigações com empregados e administradores	6.077	5.479
Concessão de serviço público	1.099	504
Partes relacionadas	4.363	14.614
Receita Diferida	9.060	8.805
Outros	865	714
Total do Circulante	261.351	226.053
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	249.211	358.306
Debêntures	937.883	943.134
Partes relacionadas	-	143
Provisão para riscos processuais	66.887	57.782
Receita diferida	39.129	41.338
Provisão para manutenção	133.243	118.450
Total do Não Circulante	1.426.353	1.519.153
TOTAL DO PASSIVO	1.687.705	1.745.205
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.560.500	1.180.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	167.000	380.500
Prejuízos Acumulados	(937.258)	(945.632)
Total do Patrimônio Líquido	790.242	614.868
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.477.946	2.360.075

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores	9	44.694	33.795
Empréstimos e financiamentos	10	140.143	141.158
Debêntures	11	50.586	16.889
Tributos a recolher	5.c	4.464	4.095
Obrigações com empregados e administradores		6.077	5.479
Concessão de serviço público	12	1.099	504
Partes relacionadas	6	4.363	14.614
Receita diferida	14	9.060	8.805
Outros		865	714
Total do passivo circulante		261.351	226.053
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	249.211	358.306
Debêntures	11	937.883	943.134
Partes relacionadas	6	-	143
Provisão para riscos processuais	13	66.887	57.782
Receita diferida	14	39.129	41.338
Provisão para manutenção	15	133.243	118.450
Total do passivo não circulante		1.426.353	1.519.154
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.a	1.560.500	1.180.000
Prejuízos acumulados		(937.258)	(945.632)
Total do patrimônio líquido		623.242	234.368
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.b	167.000	380.500
TOTAL DO PASSIVO E AFAC		790.242	614.868
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.477.946	2.360.075

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo antes dos impostos e contribuição para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)		(60.365)	(94.165)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	7 e 8	105.122	97.750
Baixa de imobilizado e intangível	7 e 8	517	637
Provisão (reversão) de perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)		-	(835)
Provisão para manutenção	14.793	24.078	-
Margem de construção	-	(1.402)	-
Constituição de outorga variável	9.742	34	-
Provisão (reversão) para riscos processuais, líquidos	9.105	1.326	-
Variações monetárias e encargos, líquidos (Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	4	(2.603)	(929)
Estoques	5	183	(223)
Tributos a recuperar	5	(1.181)	2.435
Depósitos judiciais		(109)	(1.526)
Adiantamentos		(99)	(388)
Parte relacionada	6	1.097	(1.096)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores	(3.169)	5.330	-
Obrigações com empregados e administradores		598	303
Tributos a recolher		369	(3.119)
Partes relacionadas	(10.394)	(9.717)	-
Re			



exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da CART, INVEPAR, CLN, METRORIO, METROBARRA, VIA040 e LAMSA. A rentabilidade do fundo é equivalente a 99,05% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

	31/12/2019	31/12/2018
AVI (a)	21.128	18.020
Val. pedágio	854	983
Locação de fibra óptica	446	347
Outros	570	1.045
Total	22.998	20.395

(a) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 22 dias.

	Saldo não vencido e sem perda por redução do valor recuperável	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	Saldos vencidos
31 de dezembro de 2019	22.998	22.964	2	3	29	
31 de dezembro de 2018	20.395	19.838	86	457	14	

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018
IRRF sobre aplicações financeiras	1.899	718
Total circulate	1.899	718

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo fiscal	105.738	58.807
Base negativa	38.063	21.171
Total do ativo fiscal diferido	143.801	79.978
Amortização de direito de concessão	(44.624)	(46.942)
Custo de captação	(11.543)	(13.623)
Margem de construção	(8.128)	(8.551)
Parcela de construção (Lei 12.973)	(1.793)	(1.886)
Total do passivo fiscal diferido	(66.088)	(71.002)
Total	77.715	8.976

Do saldo de IRPJ e CSLL diferidos não constituídos até 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 63.825. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos no montante de R\$ 15.443.

Do saldo de IRPJ e CSLL diferidos não constituídos totalizam o montante de R\$262.298 (R\$310.679 saldo em 31 de dezembro de 2018).

Composição

		31/12/2019		31/12/2018	
Parte relacionada	Transação	Ativo		Passivo	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
GRU - AIRPORT	Compartilhamento de despesas	Coligada	521	-	-
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	4.363	(24.125)
Total			521	4.363	(24.125)

(*) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos durante o grupo, que estão sendo compartilhados entre as empresas através de comitês de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e referência do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração da Administração

Em 29 de abril de 2019, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$2.158.

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

	Composição	31/12/2019	31/12/2018
Pró-labore	628	768	
Bônus variáveis	744	837	
Encargos	345	321	
Outros benefícios	156	119	
Total		1.873	2.045

7. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	31/12/2018	Adições	Transf. rência	31/12/2019
Custo					
Instalações	25	165	-	-	165
Máquinas e equipamentos	10	6.396	86	-	6.482
Móveis e utensílios	10	4.025	124	-	4.149
Veículos	5	3.621	(123)	348	3.846
Equipamentos de informática	5	39.820	939	-	40.759
Ferramentas e aparelhos	5	329	1	-	330
Total		54.356	1.150	(123)	55.732

	Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Transf. rência	31/12/2018
Custo					
Instalações	25	164	1	-	165
Máquinas e equipamentos	10	6.176	282	(62)	6.396
Móveis e utensílios	10	3.919	122	(16)	4.025
Veículos	5	3.586	35	-	3.621
Equipamentos de informática	5	39.356	500	(36)	39.820
Ferramentas e aparelhos	5	327	2	-	329
Total		49.528	942	(114)	51.357

	Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Transf. rência	31/12/2018
Custo					
Instalações	25	164	1	-	165
Máquinas e equipamentos	10	6.176	282	(62)	6.396
Móveis e utensílios	10	3.919	122	(16)	4.025
Veículos	5	3.586	35	-	3.621
Equipamentos de informática	5	39.356	500	(36)	39.820
Ferramentas e aparelhos	5	327	2	-	329
Total		49.528	942	(114)	51.357

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de dezembro de 2019.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2018	31/12/2019
Passivo circulante		
Sênior - BNDES - TJLP	81.741	(80.947)
Sênior - BNDES - IPCA	59.417	(41.371)
Total	141.158	(122.320)

	31/12/2018	31/12/2019
Passivo não circulante		
Sênior - BNDES - TJLP	212.679	-
Sênior - BNDES - IPCA	218.100	-
Total	430.779	-
Total geral	571.937	(122.320)

Aplicações financeiras vinculadas (*)

	31/12/2018	31/12/2019
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(72.473)	-
Divida líquida	499.464	389.354

	31/12/2018	31/12/2019
Passivo circulante		
Sênior - BNDES - TJLP	81.604	(80.528)
Sênior - BNDES - IPCA	59.596	(39.749)
Conta garantida - Bradesco	219	(219)
Total	141.779	(120.496)

(*) Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidação pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, as aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos estão apresentadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019. As aplicações financeiras no montante de R\$171.304 em 31 de dezembro de 2019 (R\$72.473 em 31 de dezembro de 2018) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015.

	Taxa Média	Índice	Vencimentos	31/12/2019	31/12/2018
Certificados de Depósitos					
Bancários					
Pós-fixado					
Compromissadas com BNDES	95,00%	CDI		71.304	72.473

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	31/12/2019
2020 a 2022	626
2022 a 2024	2.083
2024 a 2026	22.432
2027 em diante	118.662
Total dos ativos fiscais diferidos	143.801
Total dos passivos fiscais diferidos	(66.088)
Total dos ativos fiscais diferidos	77.715

PIS e COFINS

	31/12/2019	31/12/2018
PIS e COFINS	1.386	1.308
ISS	2.425	2.174
IRRF e CSRF	371	318
INSS sobre terceiros	282	295
Total circulate	4.464	4.095

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(60.365)	(94.165)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social de alíquotas vigentes	20.524	32.016
Adições/exclusões	(167)	(427)
Adições/exclusões temporárias	(6.414)	(4.502)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	63.825	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos	(9.029)	(22.972)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Resultado	68.739	4.115

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o comitê de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

		31/12/2019		31/12/2018	
Parte relacionada	Transação	Ativo		Passivo	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
GRU - AIRPORT	Compartilhamento de despesas	Coligada	521	-	-
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	4.363	(24.125)
Total			521	4.363	(24.125)

		31/12/2018		31/12/2017	
Parte relacionada	Transação	Ativo		Passivo	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
VIA040	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	4	-
METRORIO	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	-	100
LAMSA	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	-	41
CLN	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	-	2
GRU - AIRPORT	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	520	-
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	14.614	(23.749)
Total			1.094	524	143

registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

8. INTANGÍVEL

	Vida útil em anos	31/12/2018	Adições	Transf. rência	31/12/2019
Custo					
Software	5	10.713	-	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	2.285.330	142.984	(531)	(348)
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	634.000
Total		2.930.063	142.984	(531)	3.072.168

	Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Transf. rência	31/12/2018
Custo					
Software	5	10.713	-	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	2.093.591	192.518	(779)	-
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	634.000
Total		2.738.324	192.518	(779)	2.930.063

	Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Transf. rência	31/12/2018
Custo					
Software	5	10.713	-	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	2.093.591	192.518	(779)	-
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	634.000
Total		2.738.324	192.518	(779)	2.930.063

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de dezembro de 2019.

9. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	44.694	33.790
Fornecedores internacionais	-	5
Total	44.694	33.795

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexadas a uma taxa média de 95,00% do CDI (em 31 de dezembro de 2018, a taxa média de 96,52% do CDI).

	31/12/2019	31/12/2018
Objeto		
BNDES	TJLP	2,45% a.a. 15/03/2021
BNDES	TJLP	2,45% a.a. 15/03/2023
BNDES	TJLP	2,45% a.a. 17/03/2025
BNDES	TRB*	2,45% a.a. 15/03/2023
BNDES	TRB*	2,45% a.a. 17/03/2025
Subtotal		460.658

	31/12/2019	31/12/2018
Objeto		
BNDES	TJLP	2,45% a.a. 15/03/2021
BNDES	TJLP	2,45% a.a. 15/03/2023
BNDES	TJLP	2,45% a.a. 17/03/2025
BNDES	TRB*	2,45% a.a. 15/03/2023
BNDES	TRB*	2,45% a.a. 17/03/2025
Subtotal		460.658

Aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2019	31/12/2018
--	------------	------------



14. RECEITA DIFERIDA

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviço de locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

	31/12/2019	31/12/2018
Infraestrutura de telecomunicação	48.189	49.748
Outros	-	395
Total	48.189	50.143
Circulante	9.080	8.805
Não circulante	39.129	41.338

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2019 é:

	31/12/2019	Adições	31/12/2019
Não circulante	118.450	14.793	133.243
Total	118.450	14.793	133.243
	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Não circulante	94.372	24.078	118.450
Total	94.372	24.078	118.450

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.560.500, representados por 5.591.484 ações, sendo 2.795.742 ações preferenciais e 2.795.742 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2018 é de R\$1.180.000, representados por 2.616.389.044 ações, sendo 1.308.194.522 ações preferenciais e 1.308.194.522 ações ordinárias), integralmente subscritas pela INVEPAR.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Antecipamento para futuro aumento de capital - AFAC

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento	167.000	380.500
INVEPAR	167.000	380.500

Durante o exercício de 2019, o capital autorizado efetivamente para futuro aumento de capital que totalizaram R\$ 167.000, tendo em vista a necessidade de autorização prévia da ARTESP para a incorporação dos valores ao capital social da Companhia. Cabe ressaltar a total intenção da INVEPAR na integralização deste capital, restando apenas trâmites societários.

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2019 e 2018 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza	31/12/2019	31/12/2018
Receita de pedágio	396.103	334.709
Receitas acessórias	17.073	17.511
Outras receitas	195	192
Impostos, deduções e cancelamentos	(35.994)	(31.057)
Receita de serviços	377.377	323.555
Receita de construção	137.131	141.554
Receita total	514.509	462.608

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

Custos e despesas por natureza

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(32.437)	(31.327)
Conservação e manutenção	(42.842)	(35.347)
Despesas administrativas	(31.841)	(31.052)
Operacionais	(29.568)	(30.356)
Outorga variável	(12.394)	(5.294)
Custo de construção	(137.131)	(140.152)
Provisão de manutenção	(14.792)	(24.078)
Depreciação e amortização	(105.122)	(97.750)
Perda no recebimento de crédito e riscos	(4.971)	(1.164)
Outras receitas operacionais	375	1.230
	(410.724)	(395.289)
Custo de serviços prestados	(226.901)	(214.902)
Custo de construção	(137.131)	(140.152)
Despesas gerais e administrativas	(47.065)	(41.465)
Outras receitas operacionais	375	1.230
	(410.724)	(395.289)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	6.517	7.077
Outros	599	188
Total receitas financeiras	7.116	7.265
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias (a)	(13.676)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(41.800)	(51.125)
Variação monetária passiva	(47.603)	(51.605)
Juros sobre debêntures	(67.836)	(65.181)
Outros	(352)	(838)
Total despesas financeiras	(171.267)	(168.749)
Total resultado financeiro	(164.151)	(161.484)

(a) Foram registradas as despesas inerentes ao waiver do vencimento antecipado das debêntures, conforme mencionado na Nota explicativa nº 11, prêmio flat aos debenturistas e despesa com prestação de serviço do agente fiduciário envolvido na operação.

19. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numero básico						
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	4.187	4.187	8.374	(45.025)	(45.025)	(90.050)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	2.795.742	2.795.742	5.591.484	1.308.195	1.308.195	2.616.389
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	0,001	0,001	-	(0,034)	(0,034)	-

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

20. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Límite máximo de indenização	Vigência Início	Vigência Fim	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	R\$ 42.600	16/03/2020	16/06/2020	Fator	(a)
Garantia funções operacionais	R\$ 157.732	16/03/2020	16/06/2020	Tokio	(b)
Responsabilidade civil	R\$ 100.000	01/08/2019	01/08/2020	Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$ 280.000	01/08/2019	01/08/2020	Marine	(d)
D&O	R\$ 100.000	04/05/2019	04/05/2020	XL Seguros	-
				Porto	
AUTO FROTA	Tabela FIPE 24/08/2019	24/08/2020	24/08/2020	MAPFRE	-
Drona	649.433	08/10/2019	08/10/2020	SEGURE	-

item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.

d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurador venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e particularmente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou expressamente, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratuais versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nos totais do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente conforme demonstração abaixo:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	21.787	-	13.861	-
Contas a receber	-	22.998	-	20.395
Partes relacionadas	-	521	-	1.619
Total do ativo	21.787	23.519	13.861	22.014
Passivos				
Fornecedores	-	44.694	-	33.795
Partes relacionadas	-	4.363	-	14.757
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.377.822	-	1.459.487
Custo de serviço público	-	1.099	-	1.504
Obrigações com empregados e administradores	-	6.077	-	5.479
Total do passivo	-	1.434.056	-	1.514.022

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado, exceto as debêntures que em 31 de dezembro de 2019 tinham o valor de R\$988.469 (R\$960.023 em 31 de dezembro de 2018).

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras
Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e o seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção de seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas explicativas nºs. 1.1, 10 e 11 às demonstrações contábeis, que indicam que a Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 937.258 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excede o total do ativo circulante em R\$ 209.878 mil. Em 31 de dezembro de 2019, esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos naquelas notas, indicam a existência de incerteza relevante que possa levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

Procedimento Arbitral

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 13.c às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes ao procedimento pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS firmaram Termo de Arbitragem para a instauração de procedimento arbitral. Em 28 de setembro de 2018 as peças foram replicadas e as trécplicas foram apresentadas em 26 de outubro de 2018. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia, reconstruiu na opinião de seus assessores jurídicos externos, mantém registrada parcela do processo arbitral com probabilidade de perda provável, e contabilizou as divulgações referentes às perdas possíveis e aos pleitos solicitados da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos de descrição nas seções "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8 - "Intangível", a Companhia possui montantes significativos de ativos não financeiros relacionados aos contratos de concessão, que representam aproximadamente 94% do total dos ativos em 31 de dezembro de 2019. Esses valores estão diretamente relacionados aos investimentos realizados pela Companhia na concessão das operações da Rodovia Raposo Tavares. Em 31 de dezembro de 2019, a situação financeira da Companhia, atrelada ao crescimento econômico do Brasil, eram indicativas de que o valor contábil desses ativos pudesse exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia realizou teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível.

Esse tema foi novamente considerado como uma área crítica nesse exercício e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis. Além disso, na determinação das premissas utilizadas pela Administração da Companhia, estão inseridas determinadas projeções nos fluxos de caixa que apresentam um alto grau de incerteza, que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas internos de finanças corporativas, revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram considerados sobre as práticas de mercado observáveis. Também revisamos as principais premissas utilizadas das informações econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido, as informações históricas utilizadas e também avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto. Analisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos um estudo independente considerando um cenário mais conservador e comparamos o valor recuperável obtido com o estudo elaborado pela Administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um ambiente mais conservador.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, não aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, a apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a administração das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de alguma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para garantir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões não fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos